



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Acumulação, Estado e financeirização: perspectivas críticas sobre o desenvolvimento

A Diplomacia do Agronegócio no governo Bolsonaro

Ana Clara de Plá Loeffler¹

Resumo: O presente trabalho trata da Diplomacia do Agronegócio inaugurada durante o governo Bolsonaro (2019-2023) à luz da leitura de Poulantzas sobre blocos no poder no Estado capitalista. Após a análise, concluímos que, no período em questão, a classe extrativista exportadora na condução da Política Externa Brasileira promoveu o desmonte dos mecanismos de participação social; ofensivas institucionais contra movimentos sociais e reorganizou o discurso próximo das eleições para uma representação mais neutra.

Palavras-chave: agronegócio; inserção internacional; diplomacia; bloco no poder; extrativismo

Agribusiness Diplomacy in the Bolsonaro Government

Abstract: This paper analyzes the Agribusiness Diplomacy inaugurated during the Jair Bolsonaro administration (2019–2023) through the lens of Nicos Poulantzas's interpretation of power blocs. The study argues that, during this period, the agro-extractive export elite consolidated its influence over Brazilian Foreign Policy by dismantling mechanisms of social participation, promoting institutional offensives against social movements, and strategically reshaping its discourse into a more moderate and neutral representation in the period preceding the elections.

Keywords: agribusiness; international insertion; diplomacy; power blocs; extractivist accumulation

1 Introdução

O mito e a imagem da vocação agroexportadora brasileira são como heranças, passadas de geração em geração pela burguesia nacional desde a época da colonização, assemelhando-se à própria história de formação do Estado. Não à toa, o grupo caracterizado por grandes latifundiários monocultores atrelados ao comércio exterior sempre esteve presente nas observações de grandes intérpretes do Brasil, dos clássicos aos mais recentes, identificando as influências desempenhadas por esse grupo na composição e estratificação das classes sociais no Brasil. Enquanto os mais antigos intérpretes como Gilberto Freyre e Sergio Buarque já desvendavam a predominância das relações paternalistas, personalistas da coisa pública e prevalência da autoridade privada na direção política do Brasil pelas elites agrárias brasileiras, autores mais adiante dedicar-se-ão a deixar às claras o funcionamento do sistema que preserva os seus privilégios históricos em

¹ Doutoranda e mestra em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo. É bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Email: ana.loeffler@edu.ufes.br

termos de valores, ideologias, discursos e práticas². Com recortes e classificações variadas, formou-se uma rica tradição nos estudos sobre as classes proprietárias no Brasil, dentre as quais as atividades de exploração do território para a exportação desempenham papel de central no aprofundamento da formação social excludente, violenta, economicamente dependente do capital internacional e predatória dos recursos naturais e mão de obra.

O presente artigo tem como objetivo enriquecer os estudos sobre as elites proprietárias do Brasil ao utilizar a leitura de Poulantzas (1977) sobre blocos no poder para analisar a Diplomacia do Agronegócio durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2023). A partir dessa análise foi possível identificar três atitudes da condução da elite extrativista na PEB do período: o desmonte de mecanismos de participação social na formulação de posicionamentos técnico-político do Brasil, utilizando como exemplo as reuniões preparatórias da Cúpula sobre Sistemas Alimentares 2021; o uso da institucionalidade do Estado na ofensiva contra movimentos contrários aos interesses das elites; e a reorganização das frações da classe extrativista (fração do agronegócio e fração extrativista mineral) para uma condução mais estratégica, menos ideologizada, mas definitivamente extrativista mineral orientada para fontes de energia e novos minerais.

2 Fundamentação Teórica

O processo de redemocratização brasileira no final do século XX e a incorporação de temas sociais pelos organismos internacionais após o fim da Guerra Fria foram marcos históricos fundamentais para a abertura da Agenda de Política Exterior Brasileira à sociedade civil organizada (Gonçalves; Pinheiro, 2020; Loeffler, 2022; Milani; Pinheiro, 2013). Com o aumento da criação de mecanismos de participação social nos trabalhos administrativos do Estado de 1990 a 2013, as produções da área das Relações Internacionais durante o período afirmavam a transformação da PEB como uma política pública. Seria notadamente um avanço civilizatório.

No entanto, em menos de uma década depois, o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2023) substituiu o tradicional multilateralismo brasileiro pelo alinhamento automático com os Estados Unidos, trazendo para os trabalhos diplomáticos, em discursos e votos, a postura de enfrentamento ao anticomunismo, ao anti-globalismo e promoveu um nacionalismo religioso às avessas. A chancelaria de

² Podemos citar Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Armando Boito, Jessé Souza, entre outros.

Ernesto Araújo (2019-2021) e Carlos França (2021-2023) abandonam o posicionamento brasileiro nos fóruns internacionais de equilíbrio de interesses contrários. O discurso de desenvolvimento sustentável do Brasil no mundo previa a promoção em defesa da produção local e comunitária para o fortalecimento da soberania alimentar nos países (interesse de pequenos produtores) e a liderança brasileira no fornecimento de alimentos e matérias-primas essenciais para o resto do mundo (interesses dos grandes produtores de *commodities*). O abandono da posição é substituído pelo alinhamento total com a sua base política doméstica (Lima; Waisbich; Serafim, 2022).

Para as relações internacionais, a inflexão soa como um choque de gestão no tradicionalismo do Itamaraty. No entanto, para nós, a inflexão apenas demonstra que o desenvolvimento histórico contribuiu para desmistificar a Política Externa Brasileira (PEB) como instrumento de transformação social, evidenciando que, em seu movimento inercial e desprovida de mecanismos de participação social para a elaboração dos posicionamentos, ela tende a operar como mais um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes (Loeffler, 2022).

O uso do Estado como instrumento de classe não é tão aparente devido à sua peculiar estrutura institucional burocrática que permite concatenar interesses divergentes em seu interior. De um lado, a estrutura burocrática permite a organização institucional e a centralização do poder dos seus aparelhos; por outro, o institucionalismo jurídico-político o reveste de coesão, unidade, soberania e legitimidade (Boito Jr.; Berringer, 2013; Poulantzas, 1978).

O Estado capitalista opera um jogo de equilíbrio entre os diferentes modos de produção inseridos na sua composição social, mas funciona dentro da lógica de acúmulo de capital. A ideologia burguesa e a estrutura típica do Estado representativo moderno mascaram o relacionamento intrínseco das relações de poder político-ideológico das relações de produção. Esse afastamento dá para as classes subjugadas a percepção do Estado como árbitro acima da luta de classes, ao mesmo tempo que serve melhor aos interesses das classes dominantes. A ausência das classes no corpo burocrático serve melhor para inferir suas preferências na forma de Estado de modo que os divergentes possam coexistir, dado o equilíbrio instável de compromissos do

Estado para com as diversas classes e frações de classe circunscritas na sua totalidade social (Poulantzas, 1978).

Dada a típica estrutura do Estado representativo moderno, tanto de permitir a luta de classes, quanto à coexistência de diversos modos de produção no seu interior por meio do jogo político institucional, deriva desse esquema o fenômeno do bloco no poder: “a existência de uma relação específica entre classes e frações de classe a cujos interesses políticos este Estado responde” (Poulantzas, 1978, p.224). O Estado representativo moderno diferencia-se, em relação ao seu funcionamento, mas não em finalidade, dos demais tipos de Estado de dominação exclusiva de uma classe ou fração de classe. O conceito de bloco no poder consiste “numa unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (Poulantzas, 1978, p.224). O bloco no poder estará sempre sob a égide de uma fração hegemônica, a qual concederá certa unidade ao ter a capacidade de neutralizar os interesses divergentes.

A consistência do bloco no poder dependerá, de um lado, da pluralidade das classes e, de outro, das estruturas institucionais do Estado que permitam a participação das classes subjulgadas também. As classes dominadas também possuem capacidade de imprimir seus interesses políticos em menor grau por meio da luta política. É nesta possibilidade que movimentos da sociedade civil e da classe operária conseguiram a previsão de mecanismos de participação social nas esferas do Estado na constituição de 1988, por exemplo.

Considerando que o problema brasileiro é a sua dupla inserção internacional, tanto como país periférico no sistema internacional de poder, quanto dependente dos interesses do capital internacional, temos neste trabalho que a fração hegemônica é o capital financeiro internacional. Somente esta fração é capaz de não colocar os seus principais interesses em risco, assimilando todas as demais frações das classes dominantes. Na composição das classes sociais do Brasil, identificam-se a classe extrativista (fração agroexportadora³ e fração extrativista mineral⁴), a classe do

³ Referimo-nos à primeira fração ao conjunto de latifundiários, cujo lucro advém da especialização produtiva na exploração de recursos naturais de origem vegetal e animal orientados para o mercado externo (soja, café, carne, milho, açúcar, celulose, ect.)

⁴ A segunda, referimo-nos à fração extrativista mineral que é composta por empresas direcionadas para a exploração da terra e água para a extração de materiais-primas minerais também orientadas para o mercado exterior (minério de ferro, petróleo bruto e ouro)

capitalismo financeiro (a fração nacional e a fração internacional), a classe dos industriais nacionais (Boito Jr.; Berringer, 2013).

A etapa do capitalismo financeirizado foi capaz de produzir lucros para as elites produtoras, inclusive a extrativista, ainda que o capital não passe pela produção. O capital fictício opera na realidade brasileira em uma gama de serviços financeiros, mas em relação à elite extrativista, esta articulação se dá principalmente pelo câmbio e pela possibilidade das elites comerciais no Brasil de manter o dinheiro fora do Brasil e alocando em paraísos fiscais (Nakatani; Gomes, 2015; Paulani, 2009). Desta forma, ainda que haja interesses pontuais divergentes entre as frações e classes dominantes, elas não colocariam em risco o acúmulo de capital oferecido pela fração financeira internacional. Devemos lembrar que a extração da mais-valia pelas elites proprietárias também ocorre na exploração da mão de obra, no avanço do capital em terras preservadas e no ostensivo da violência aos movimentos rurais e ambientalistas opositores contrários ao uso predatório do território.

3 A diplomacia do Agronegócio no governo Bolsonaro

Em dezembro de 2018, ainda durante os trabalhos do governo de transição entre Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, o então futuro ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, anuncia pelo *twitter* a criação do Departamento do Agronegócio no organograma institucional do Itamaraty (BRASIL, 2022). Profetizando a inflexão do futuro governo às demais políticas externas anteriormente conduzidas, afirma: “nos governos petistas, o Itamaraty foi casa do MST. Agora estará à disposição do produtor” (ARAÚJO, 2018), prometendo dar ao “agro” papel de destaque que nunca foi evidentemente claro dentro da alta burocracia do Estado. O prelúdio se confirma na sincronia dos atos legislativos do presidente da república no primeiro mês do mandato, nos quais extingue o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e decreta o Departamento de Promoção ao Agronegócio (DPA), inaugurando, orgulhosamente, a chamada Diplomacia do Agronegócio em detrimento de um dos mecanismos de participação popular previstos pela Constituição de 1988.

A Diplomacia do Agronegócio é compreendida por um esforço interministerial⁹, que conta com entidades de classe patronais na orientação das missões diplomáticas para abertura de mercados (promoção comercial) e negociação de melhores termos comerciais e realizações de acordos (política comercial); revitalização e gestão da imagem negativa¹⁰ do agronegócio; diplomacia presidencial e

articulação com o Congresso nacional pela uniformização do diálogo. Conforme a superintendente de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) em ocasião do seminário¹¹ Diplomacia do Agronegócio promovido pelo Itamaraty em junho de 2019, a aproximação entre o agronegócio e o ministério já ocorria, mas o Departamento de Promoção ao Agronegócio é uma iniciativa ímpar e de grande expectativa. No relatório de gestão do MRE, o relacionamento com a sociedade é celebrado, pois “elevou substancialmente sua interação com setores interessados ou envolvidos no agronegócio brasileiro” Citando apenas organizações patronais (ABUARROZ, ABIEC, ABPA, ABRAMILHO, ABRAPA, CitrusBR, CNA, CNI, CROPLIFE, IBA e UNICA) como diretamente interessados na economia alimentar. (MRE, 2020, p.9, grifos meus).

A diversificação de atores representa um movimento inverso ao observado no final da década de 1990 até o ano de 2014, período de aproximação entre MRE e segmentos da sociedade civil organizada, cujos esforços culminaram na legitimação da imagem brasileira de potência alimentar e nutricional ao ser retirado do Mapa da Fome monitorado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (FAO, 2014; Faria, 2017). Válido destacar o importante papel da agricultura familiar e do pequeno produtor não inserido no comércio exterior na função de abastecimento de alimentos básicos de consumo para as famílias brasileiras. Por outro lado, o novo discurso do agronegócio e indústria de alimentos tenta se justificar pelo mote de que “o compromisso de combate à fome é global, não importa onde ela esteja”⁵.

Desde os novos temas do milênio e o processo de redemocratização, o Itamaraty convida os atores da sociedade civil organizada para que participem dos relatórios técnicos e aprimoramento dos posicionamentos políticos estratégicos do Brasil em fóruns de temas específicos. Os debates preparatórios para a Cúpula sobre Sistemas Alimentares das Nações Unidas 2021, organizados pelo MRE e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) ocorreram em modelo remoto dividido

⁵ A resposta dada à movimentos sociais e representantes dos COSEAS estaduais e municipais sobre a alta do preço do arroz e elevação dos índices de insegurança alimentar no país durante os Diálogos Nacionais sobre Sistemas Alimentares da ONU 2021. Representantes da indústria de alimentos e agronegócio adotaram o discurso de necessidade de abastecimento global, não se limitando ao mercado doméstico. Notas da autora

em quatro encontros. Após a extinção do Consea e a desarticulação do SISAN que envolvia o encontro de representantes federais, estaduais e municipais, a dinâmica de conflito de classes deu o tom das discussões, culminando no bloqueio do chat para interações na plataforma e na retirada da representação dos Conselheiros Estaduais para Segurança Alimentar e Nutricional (CPCE). Em carta, a entidade aponta lobbies corporativos em favor da indústria de alimentos e do agronegócio em escala nacional e internacional, com efetivas políticas de desmonte em desfavor da segurança alimentar defendida pelos pequenos agricultores e agricultura familiar (CPCE, 2021). As alegações proferidas por representantes dos conselhos estaduais são legítimas e oportunas, tratando-se de um desmonte de conquistas sociais no seio do Estado sob o governo Bolsonaro em limitar os interesses do capital sobre as condições de vida das populações.

Por uma ótica institucionalista, o episódio em questão evidencia a perda da capacidade do Itamaraty, enquanto burocracia de Estado, de mediar conflitos por vontade do chefe do executivo. A chancelaria abandona a postura relativamente equilibrada entre grandes e pequenos produtores, construída desde o governo Fernando Henrique Cardoso, de modo que as ações políticas da classe dominante deixam de ser sequer tensionadas na formulação da posição internacional brasileira em matéria de sistemas alimentares.

O desmonte da participação social na gestão Bolsonaro pressiona para a queda do prestígio brasileiro em dois sentidos. Primeiro, há perda de elementos técnicos nos posicionamentos diplomáticos em temas específicos, decorrente da ruptura dos canais de comunicação entre o corpo diplomático e equipes especializadas. O desconhecimento sobre o tema abre espaço para a não participação diplomática de pontos a serem negociados ou discutidos. Segundo, a perda do coeficiente democrático dos posicionamentos brasileiros abre espaço para a contestação da representatividade do discurso diplomático adotado. A condução do governo Bolsonaro na PEB foi em direção a um alinhamento automático com os Estados Unidos de Donald Trump; proliferação do discurso anti-globalista, sinalizando para a sua base política interna; movimentos anticiência que atacam campanhas de vacinação em plena pandemia sanitária do Covid-19 e a negação das mudanças climáticas em meio ao avanço do desmatamento.

À luz da análise do bloco no poder, os trabalhos preparatórios evidenciam uma burguesia interna coesa na contenção de pautas populares conduzidas por frações de classe subordinadas nos espaços de ampliação democrática, em nome da preservação do pleno funcionamento do grande capital no setor de alimentos. A mediação foi substituída por uma ofensiva contra frações minoritárias expressa em canais oficiais do governo.

Na página oficial do ministério, um material sobre a gestão dos 18 primeiros meses de ações do DPA aponta que os “postos no exterior estariam munidos de informações confiáveis para combater informações distorcidas, incompletas e falsas e que representações diplomáticas têm utilizado os seus canais institucionais, inclusive nas redes sociais” (Facebook, Twitter e Instagram), para intensificar a comunicação com a opinião pública e reagir rapidamente à difusão de tais informações e disseminar informações verídicas sobre o agronegócio brasileiro (MRE, 2022. s/p).

O documento institucional do MRE sobre a gestão de 2019 atribui de forma categórica a deterioração da imagem internacional do Brasil à atuação da mídia, de organizações não-governamentais e de agentes políticos estrangeiros, eximindo o governo de responsabilidades relacionadas ao aumento do desmatamento na Amazônia, ao enfraquecimento dos mecanismos de monitoramento ambiental e à expansão da mineração ilegal em territórios indígenas. Tal posicionamento reflete a lógica política predominante no governo Jair Bolsonaro, marcada pela interpretação de críticas e oposições como formas de perseguição ideológica. O documento salienta que “também têm sido acompanhadas e compiladas as gestões dos Postos às referidas iniciativas de boicote” (MRE, 2019, p.56). Nesse contexto, observou-se a mobilização recorrente de discursos de deslegitimação dirigidos a setores não alinhados ao conservadorismo ultraliberal, frequentemente associados a narrativas anticientíficas e a práticas de hostilização política.

As contradições do aprofundamento da reprimarização da inserção internacional do Brasil ficam mais evidentes durante a pandemia por Covid-19. Ao passo que o governo federal e o segmento do agronegócio comemoram uma sequência de recordes de exportação em *commodities* alimentares, liderada pela soja representando 70% de todas as exportações⁶, projeções indicam que 43,4 milhões de

⁶ Dados retirados da plataforma de consulta de dados do Comércio Exterior do Ministério da Indústria,

brasileiros não contavam com quantidade de alimentos adequada, enquanto 19 milhões de brasileiros tiveram que conviver com a fome, ainda que consideradas as políticas sociais emergenciais lançadas para amenizar os impactos da crise (Rede Penssan, 2021). Um descolamento nocivo da inserção internacional do Brasil com a própria reprodução da sua população. O retorno do discurso da vocação agroexportadora brasileira proferido em tons messiânicos por Ernesto Araújo vinha acompanhado por outros valores da pauta conservadora que, com o tempo, passaram a não ser mais tolerados pela fração extrativista mineral de capital estrangeiro e fornecedores chineses.

Os discursos xenofóbicos em relação aos chineses proferidos pelo ministro de Estado atrapalhavam a expansão dos negócios com o principal comprador de *commodities* brasileiras. Após quase três anos de trocas de farpas em ambientes virtuais entre Ernesto Araújo, o embaixador chinês Yang Wanming e Eduardo Bolsonaro; a base de apoio político do governo Bolsonaro pressiona a saída de Ernesto Araújo em março de 2021. Temos que a substituição de Ernesto Araújo (um articulador da fração ideológica conservadora na política externa) por Carlos França (um diplomata discreto com uma breve licença não remunerada pelo setor privado em cargos de consultoria estratégica) como um rearranjo no interior do bloco no poder na segunda metade do governo Bolsonaro.

Mudanças institucionais e orientação da diplomacia presidencial em 2022, um ano eleitoral, nos sinalizam o afastamento dos discursos ideológicos conservadores na política exterior como forma de não prejudicar a classe extrativista brasileira em sua totalidade (fração agroexportadora e fração extrativista mineral). A figura de Carlos França representava uma figura mais sóbria e amistosa, mais palatável aos negócios internacionais. A visita presidencial de Bolsonaro à Rússia – antes atacada pelo comunismo soviético por sua base ideológica – às vésperas da declaração da Guerra da Ucrânia (2022) simbolizou o esforço em manter a oferta de fertilizantes e insumos ao Brasil. No mesmo ano, o ministro das relações exteriores modifica o organograma institucional do Itamaraty para um “reflexo dos desafios impostos pela conjuntura internacional” (MRE, 2022), alterando o Departamento de Promoção ao Agronegócio para Departamento de Energia e Agronegócio, com Divisão do Desenvolvimento do

Comércio Exterior e Serviços, utilizando os filtros de produto/ano. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>> Acesso em 02 maio 2022.

Agronegócio, Divisão de Política Agrícola, Divisão de Energia e Mineração e Divisão de Energia Renovável sob sua gerência. A retomada da direção à extração mineral para fins energéticos com discursos mais palatáveis de desenvolvimento sustentável.

4 Considerações finais

Para nós, a Diplomacia do Agronegócio expõe a composição do bloco no poder durante o governo de Jair Messias Bolsonaro ao defender sem mediações os interesses da burguesia extrativista exportadora, aprofundando a inserção internacional do Brasil como um país vocacionado para atender às demandas internacionais. À luz da análise de blocos no poder no período, foi possível extrair três movimentos da elite agroexportadora na Diplomacia do Agronegócio: o desmonte dos mecanismos de participação social, ofensiva institucional contra movimentos de contestação dos interesses das elites extrativistas e, por último, uma reorganização entre as frações agroexportadoras e fração extrativista mineral, no intuito de afastar a ruptura dos fluxos comerciais com parceiros internacionais justificados pelos discursos conservadores xenofóbicos contra a China.

5 Referências

ARAÚJO, Ernesto. Nos governos petistas, o Itamaraty foi a casa do MST. Agora estará à disposição do produtor. **Twitter**. Disponível em:

https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1075956644423569408?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1075956644423569408%7Ctwgr%5E0d5b4436f1a6e91903461b688b6f67aa91548c79%7Ctwcon%5Es1&ref_url=https%3A%2F%2Fbr.noticias.yahoo.com%2Ffuturo-chanceler-diz-que-itamaraty-foi-casa-mst-144428065.html. Acesso em 16 outubro 2022.

BERRINGER, Tatiana. Nicos Poulantzas e o estudo das Relações Internacionais. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, , p.433-452, 2014.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 21, n. 47, p. 31–38, 2013.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [Planalto – MPV 870/2019](#). Acesso em: 13 maio 2026.

COMISSÃO DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CPCE). *Nota pública da CPCE sobre a participação do Brasil na Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas (ONU)*. [S.l.], maio 2021. Disponível em:

https://www.sarn.org.br/images/pdf/nota_cpce%20_cupula_sistema_alimentar_da_uno.pdf. Acesso em: 13 maio 2022.

FARIA, Vanessa Dolce. **Política Externa e Participação: Trajetórias e Perspectivas**. Brasília: Funag, 2017.

GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Letícia. **Análise de Política Externa: o que estudar e por quê?** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020.

LIMA, Thiago; WAISBICH, Laura Trajber; SERAFIM, Lizandra. “One Single Agriculture”: Dismantling Policies and Silencing Peasant Family Farmers in Brazilian Foreign Policy (2016-2022). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. e18, 2022.

LOEFFLER, Ana Clara de Plá. **A Política Externa Social Brasileira nos Governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016): do avanço ao recuo**. 2022. 161 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 11–41, 2013.

NAKATANI, Paulo; GOMES, Helder. **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. 1. ed. [S. l.]: Outras Expressões, 2015.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 23, n. 66, p. 25–39, 2009.

POULANTZAS, Nicos. **Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório de Gestão do Exercício de 2019**. Brasília, jun., 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/auditorias-em-unidades-no-brasil/Relatorio_de_Ges to_2019.pdf. Acesso em: 21 setembro 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Departamento de Promoção ao Agronegócio: 18 meses de trabalho**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/politica-externa-comercial-e-economica/ProjetoDepartament oAgroBACKUP2.pdf> > Acesso em: 3 maio 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nova estrutura regimental do Itamaraty**. Nota à Imprensa nº 56, Brasília, 31 março de 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Comunicado conjunto do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin.** Nota à imprensa nº24. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-do-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-messias-bolsonaro-e-do-presidente-da-federacao-da-russia-vladimir-putin-1. Acesso em: 5 maio 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Organograma Itamaraty 2022.** Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/organograma_mre_2022.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.